

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.693 - PR (2019/0251190-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : PGFER MANUTENCAO EIRELI  
**OUTRO NOME** : PGFER - REPARACAO DE VEICULOS FERROVIARIO  
LTDA  
**ADVOGADOS** : ARLI PINTO DA SILVA - PR020260  
JORGE WADIIH TAHECH E OUTRO(S) - PR015823  
ANDRÉ ALMEIDA GONÇALVES - PR043800  
FRANCISCO NIEBUHR NETO - PR065848  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL  
**AGRAVANTE** : PGFER MANUTENCAO EIRELI  
**OUTRO NOME** : PGFER - REPARACAO DE VEICULOS FERROVIARIO  
LTDA  
**ADVOGADOS** : ARLI PINTO DA SILVA E OUTRO(S) - PR020260  
JORGE WADIIH TAHECH - PR015823  
ANDRÉ ALMEIDA GONÇALVES - PR043800  
FRANCISCO NIEBUHR NETO - PR065848  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Pgfer Manutenção Eireli**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 661/662):

*TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA.*

*CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (COTA PATRONAL, SAT/RAT E DESTINADAS A TERCEIROS). AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. FÉRIAS INDENIZADAS. ABONO DE FÉRIAS. FÉRIAS GOZADAS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS. DÉCIMO TERCEIRO PROPORCIONAL. SALÁRIO MATERNIDADE. LICENÇA PATERNIDADE. HORAS EXTRAS. ADICIONAL NOTURNO, PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO.*

*1. De reconhecer-se, de ofício, a ausência de interesse de agir quanto à incidência das contribuições previdenciárias e de terceiros sobre as férias indenizadas e o abono de férias, por serem expressamente excluídas do salário-de-contribuição, de acordo com o art. 28, §9º, da Lei n.º 8.212/91.*

*Precedentes desta Corte.*

*2. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.230.957/RS, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, firmou orientação no sentido de que o pagamento de férias*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição.*

*3. O décimo terceiro proporcional, pago em decorrência da dispensa do cumprimento do aviso prévio indenizado, tem natureza remuneratória e integra o salário de contribuição para fins de incidência de contribuição previdenciária. Precedentes desta Corte.*

*4. O salário-maternidade e a licença-paternidade, nos termos do julgamento do REsp 1230957/RS, sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, tem natureza salarial e integra a base de cálculo da contribuição previdenciária.*

*5. O adicional de horas extras possui caráter salarial, conforme art. 7º, XVI, da Constituição Federal e Enunciado nº 60 do TST. Consequentemente, sobre ele incide contribuição previdenciária.*

*6. Integram o salário-de-contribuição as verbas recebidas pelo empregado a título de adicional noturno, adicional de insalubridade e adicional de periculosidade.*

*7. A remuneração dos dias de repouso, tanto o semanal como o correspondente aos feriados, integram o salário para todos os efeitos legais.*

Opostos embargos de declaração, foram estes rejeitados (fls. 684/688).

Nas razões de recurso especial, a parte recorrente aponta, dentre outros argumentos, violação ao art. 110 do CTN, bem como à Lei nº 8.212/91. Sustenta, em síntese, que não incide contribuição previdenciária sobre as verbas pagas a título de férias indenizadas e o abono de férias, férias gozadas, décimo terceiro salário indenizado (aviso prévio indenizado), adicional noturno, horas extras, adicional de insalubridade e de periculosidade, descanso semanal remunerado, salário-maternidade (salário-maternidade noturno e adicional salário-maternidade), e licença paternidade, ante o caráter indenizatório de tais verbas.

Recurso extraordinário interposto às fls. 729/759, e sobrestado (fl. 784).

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Compulsando os autos, verifica-se que o recurso extraordinário interposto às fls. 729/759 restou sobrestado em razão da repercussão geral no **Tema nº 72** (cf. fls. 784/785).

Em recursos versando sobre temas afetados à repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos aos Tribunais de origem, para aguardar o

# *Superior Tribunal de Justiça*

julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito:

*EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE) INCIDENTES SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR. LEIS 10.168/2000 E 10.332/2001. AFETAÇÃO SUPERVENIENTE DO TEMA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.*

*1. No âmbito do Plenário Virtual, o Supremo Tribunal Federal decidiu por maioria afetar a presente controvérsia à sistemática da repercussão geral em momento posterior ao julgamento do acórdão recorrido. Tema 914: RE-RG 928.943, de relatoria do Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 13.09.2016.*

*2. Em decorrência de fato jurídico superveniente, a sistemática de precedentes obrigatórios impõe a devolução ao Tribunal de origem dos presentes autos para que o feito seja sobrestado até a definição do mérito do Tema. 3. Embargos de declaração providos, para fins de infirmar a cadeia processual construída em sede extraordinária no presente processo e determinar a devolução dos autos à origem, nos termos dos arts. 1.036 do CPC/15 e 328 do RISTF.*

*(ARE 934095 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe 22-11-2016)*

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA – PROCESSO VERSANDO A MATÉRIA – SOBRESTAMENTO – MANUTENÇÃO. O tema atinente à constitucionalidade da cobrança de contribuições sociais em face das atividades das cooperativas em geral, tendo em conta a distinção entre “ato cooperativo típico” e “ato cooperativo atípico”, teve repercussão geral admitida pelo denominado Plenário Virtual no Recurso Extraordinário nº 672.215/CE, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. A matéria de fundo, tanto no mencionado recurso como neste extraordinário, diz respeito à definição da incidência ou não desses tributos sobre as receitas decorrentes de tais atos. Impõe-se aguardar o julgamento do mérito do paradigma, considerados o regime da repercussão geral, presentes os processos múltiplos, e a possibilidade de revisão do entendimento.*

*(RE 594695 AgR-AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe 25-05-2015)*

*Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Legitimidade da cobrança de PIS e COFINS, tendo por fato gerador a locação de bens imóveis. Matéria constitucional. Repercussão geral reconhecida. RE-RG 599.658.*

# Superior Tribunal de Justiça

3. Embargos de declaração acolhidos para determinar a devolução à origem com base no disposto no art. 543-B do CPC.

(RE 543799 AgR-ED, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe 03-08-2015)

Assim, em razão de economia processual e para se evitar a prolação pelo STJ de provimentos jurisdicionais em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, é conveniente que a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o esgotamento da competência do Tribunal de origem, que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária após o julgamento do recurso extraordinário, sobre o mesmo tema, afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos arts. 1.040 e 1.041, do CPC/2015.

Ressalte-se que a Primeira Turma do STJ, na assentada de 8/6/2017, ao julgar o **AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC**, ratificou a orientação de que, *"Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte"*.

Ilustrativamente, nesse mesmo sentido, destaco as seguintes decisões monocráticas: **REp 1.323.149/MG**, Ministro Og Fernandes, DJe 18/05/2017; e **AREsp 760.157/RJ**, Ministro Og Fernandes, DJe 18/05/2017.

Logo, tendo em vista o não esgotamento da competência da instância ordinária apto a franquear a abertura desta sede especial, porquanto há nos autos recurso extraordinário sobrestado em razão do reconhecimento de repercussão geral no âmbito do STF, devem os autos ser devolvidos à origem.

Ante a solução adotada, resta prejudicada a apreciação do agravo em recurso especial interposto às fls.794/803.

**ANTE O EXPOSTO**, nos termos da fundamentação, determino a **devolução** dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator

